



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO SEMIARIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

WILHO SILVA ARAÚJO

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
Na lei e na prática pedagógica.**

**SUMÉ - PB
2015**

WILHO SILVA ARAÚJO

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
Na lei e na prática pedagógica.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado.

Orientadora: Professora Ma. Ubilina Maria da Conceição Maia.

1

A659e Araújo, Wilho Silva.

A educação física na educação de jovens e adultos: na lei e na prática pedagógica. / Wilho Silva Araújo. Sumé - PB: [s.n], 2015.

46 f.

Orientadora: Professora Ma. Ubilina Maria da Conceição Maia.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Educação física. 2. Educação de jovens e adultos. 3. Inclusão. I. Título.

CDU: 796:37(043.3)

WILHO SILVA ARAÚJO

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
Na lei e na prática pedagógica.**

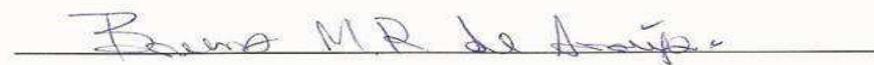
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Msc. Ubilina Maria da Conceição Maia

Orientadora



Profa. Msc. Bruno Medeiros Roldão de Araújo

Examinador



Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos

Examinador

Aprovado em Sumé, 20 de março de 2015.

DEDICO O PRESENTE TRABALHO À:

Meus pais Ana Celia Estende Araújo e a José Dacílio Araújo, e as minhas irmãs que me deram forças para prosseguir nos meus estudos;

A minha esposa Tâmara Ribeiro Araújo que sempre esteve ao meu lado incentivando e mostrando que tudo é capaz quando se tem amor pelo aquilo que faz;

A minha filha Emily Ribeiro Araújo que a cada dia continua sendo o orgulho da minha vida, pois mesmo que às vezes perto, às vezes longe, ainda sim é, e sempre será minha felicidade.

Aos amigos que sempre me deram apoio e compreensão nos momentos de dificuldade;

Aos professores que tiveram paciência e compromisso com minha formação acadêmica e em especial a minha orientadora Ubilina Maria da conceição Maia, pela dedicação e competência na construção do meu trabalho de conclusão de curso, permitindo assim a realização de grande importância em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois “O que é nascido de Deus vence o mundo; e esta é a vitória que vence o mundo: a nossa fé”. (1 João 5:4), aos meus pais que tornaram possível a minha permanência na universidade com muito esforço e dedicação a realização deste sonho, as minhas irmãs que sempre estiveram do meu lado, ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência – PIBID, financiado pela Capes, que me deram suporte para desenvolver atividades didático-pedagógicas nas escolas vinculados ao programa e participar de eventos acadêmicos apresentando meus trabalhos. Imagine se você tivesse depositado na sua conta do banco todos os dias 86.400 reais. Que deveria ser gasto ao longo do dia, por que no final do dia essa conta seria zerada. E no dia seguinte mais 86.400 reais seriam depositados. Todos nós somos cliente desse banco, Esse banco chama-se tempo, Deus nos dá 86.400 segundos pra ser vividos da melhor maneira possível. Amando, aprendendo, ensinando, caindo, levantando e vivendo. Pra saber o valor de um ano você pergunta a um garoto que repetiu o ano, saber o valor de um mês você pergunta a uma mulher que teve um filho prematuro, valor de uma semana a um editor de jornal semanal, de um dia a pessoas com tarefas árduas a serem feitas nesse dia. Saber o valor de uma hora pergunte aos amantes que não vê a hora de se encontrar, saber o valor de um minuto a que perdeu o avião, de um segundo de quem conseguiu evitar um acidente de trânsito. Pra saber o valor de um milésimo de segundo pergunte a um atleta que ganhou medalha de prata nas olimpíadas. Por isso não desperdice seu tempo ele e o seu bem mais precioso, é com ele que você vai compartilhar com as pessoas que você mais ama. O ontem é história o amanhã um mistério e o hoje e uma dádiva! (O BANCO DA VIDA Autor desconhecido).

“Não importa a onde você parou o que importa é que sempre é possível e necessário
“Recomeçar” [...]”. Paulo Roberto Gaefke.

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional, que atende especificamente a sujeitos jovens e adultos. Nesse processo é interessante compreender os principais fatores que contribuíram para o surgimento como modalidade de ensino da EJA, bem como a relação da EJA com a Educação Física Escolar. Assim, o nosso objetivo foi analisar as possibilidades de inclusão da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos nas escolas públicas do cariri paraibano (Amparo, São João do Cariri, Serra Branca e Sumé). O presente trabalho se caracteriza por uma pesquisa descritiva, a amostra foi constituída por 13 professores da disciplina de Educação Física e de 07 diretores das escolas dentro da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Como instrumento de coleta de dados utilizamos dois questionários, um direcionado para os professores de educação física com objetivos específicos para este público e o outro para os gestores. Quando colocada em pauta à disciplina de educação física encontramos professores em atuação com formação em outras áreas, assim, mesmo com órgão de fiscalização (Conselhos Federal e Regionais de Educação Física), ainda prevalece uma visão rudimentar pelos gestores (municipal e estadual) da educação ao inserir no espaço escolar professores para atuar em outras funções que não estão de acordo com a formação específica. Na concepção dos diretores 04 acreditam que os alunos demonstram interesse para com a disciplina de educação física e 03 afirmam que não tem interesse. Neste sentido compreendemos que é possível inserir a educação física na educação de jovens e adultos, perante a lei vigente que torna obrigatório a sua oferta, ou, quando a escola coloca em seu projeto político pedagógico a disciplina, assumindo como parte essencial na formação integral.

Palavras-chave: Educação Física. Educação de Jovens e Adultos. Inclusão.

ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) is a modality of discipline that specifically caters to young and adult subjects. In this process it is interesting to understand the main factors that contributed to the emergence as a teaching mode EJA, and the relationship of adult education with physical education. Thus, our objective was to analyze the possibilities for inclusion of Physical Education in Youth and Adult Education of the public schools of Paraíba cariri (Amparo, S. João do Cariri', Serra Branca' and Sumé). This work is characterized by a descriptive study, the sample consisted of 13 teachers of physical Education and 07 directors of schools, in the form of EJA' Education. As collected instrument we used two questionnaires: directed to the physical education teachers with specific objectives for this audience and to the directors. Putting as discipline physical education was found in performance with training in other areas, so even with Federal and Regional Councils of Physical Education, still prevails a rudimentary vision by managers (city and state) education teachers by inserting into the with the training specifics. The design of directors believe that 04 students show interest towards the discipline of physical education in the education of youth and 03 state that has no sense understand that you can enter the physical education in the education of youth and adults, before the current law mandating your offer, or when the school puts on his pedagogical political project discipline, the vital part in full training.

Key words: Physical Education. Youth and adult education. Inclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações: do Governo Federal na Educação de Jovens e Adultos.....	20
Quadro 2 - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos.....	23
Quadro 3 - Investimentos na Educação de jovens Adultos.....	23
Quadro 4 - Quantidade de Professores de Diretores pesquisados em cada cidade.....	25

LISTA DE SIGLAS

CDSA - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e adultos.

CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

CONFEF - Conselho Federal de Educação Física.

CONFINTEA - Conferência Internacional de Jovens e Adultos.

CREF - Conselho Regional de Educação Física.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio.

FNDE - Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

JK - Juscelino Kubitschek

LDB - Lei das Diretrizes e Bases.

MEC - Ministério da Educação.

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.

PAS - Programa Alfabetização Solidária.

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNA - Plano Nacional de Alfabetização.

PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania.

PRONERA - Programa Nacional de Reforma Agrária

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 Educações Física: Lei, Diretrizes e Bases para a Prática Escolar.....	16
2.2 Educação de Jovens e Adultos.....	19
3 METODOLOGIA	24
3.1 Tipo de Pesquisa.....	24
3.2 População e Amostra	24
3.3 Instrumento de Coleta de Dados	25
3.4 Procedimentos de Coleta de Dados	25
3.5 Procedimentos de Tratamento e Análise de Dados	26
3.6 Considerações Éticas	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
4. 1 Educação de Jovens e adultos: quem são os sujeitos da pesquisa?	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE A	44
APÊNDICE B	45
APÊNDICE C	46

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional, que atende especificamente a sujeitos jovens e adultos, portanto a escola deve ser um espaço que atenda as particularidades do grupo, sem transgredir o direito a uma grade curricular que sobrevenha em todos os seus componentes necessários para promover uma aprendizagem significativa aos alunos. Assim, acredita-se que a educação possibilite a aquisição de conhecimentos sem disparidades com os alunos advindos da modalidade de ensino regular. Visto que os alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos e do Ensino Regular devem efetivamente desempenhar a sua função na sociedade e na conquista de seus direitos igualmente.

Contudo alguns fatores emergem em meio esse contexto da EJA, como sua relação com as disciplinas curriculares, especificamente a de educação física, que apresenta determinadas especificidades a depender do espaço e região. Nesse caso salientamos o cenário da região do Cariri onde se encontra localizada cidades como: Amparo, São João do Cariri, Serra Branca e Sumé.

Para poder compreender quais fatores levaram a ausência da Educação Física na EJA, partindo inicialmente sobre o processo de inserção da Educação Física no Brasil, a Educação para Jovens e Adultos e quais autores trabalham com esta temática, cabe levantar uma questão importante que Tolocka (2008) desdenha sobre a importância da inserção das práticas esportivas e ao mesmo tempo considera que sua prática, ainda limita a participação dos sujeitos, numa totalidade, dificultando a aproximação de uma proposta que permita trabalhar com a diversidade, ela argumenta que:

A Educação Física ao trabalhar com a diversidade humana, não pode, assim, ser ingênua e se deixar levar por apelos sentimentais para aceitação das diferenças, ao mesmo tempo em que continua realizando ações que segregam ou até mesmo excluem não somente pessoas pertencentes a grupos minoritários, mas também uma boa parcela da população que não tem acesso às práticas de esporte e lazer disponíveis na comunidade. É necessário trabalhar com a diferença, dentro e fora da escola, combinando princípios universais com diferenças culturais, ai mesmo tempo em que se discutem as desigualdades sociais vigentes. (TOLOCKA, 2008, p. 179).

Nesse processo é interessante compreender os principais fatores que contribuíram para o surgimento como modalidade de ensino da EJA, bem como a relação da EJA com a Educação Física Escolar: leis de diretrizes e bases para a prática pedagógica, assim como as possibilidades de inclusão da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos das escolas públicas do cariri paraibano, visto que “A escola deve ser um espaço democrático que oferece

a todos os membros da comunidade o acesso ao saber acumulado e ao treinamento crítico para projeções de mudanças que se fazem necessárias” (TOLOCKA, 2008, p 172).

No que se refere à Educação de Jovens e Adultos existe um “silenciamento” na lei e na prática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) sobre a Educação Física. Mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), em seu artigo 26, "a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias”. Entretanto, torna facultativa a prática para os alunos que tenham prole, maiores de trinta anos ou que cumpram jornada de trabalho maior de seis horas diárias. Com a abertura da lei, a proposta da educação física nos currículos da EJA pode não ser incorporada, excluindo os educandos de vivenciarem a experiência com a cultura corporal e de refletirem acerca de conhecimentos que estão atrelados ao seu meio social. Podemos dizer que o pressuposto dessa lei está entrelaçado ao processo histórico da Educação Física estar pautado parâmetros energéticos e fisiológicos este fato será contemplado a priori no trabalho.

Pensando nisso questiona-se no presente estudo qual o espaço da educação física enquanto componente curricular na modalidade de ensino EJA nas escolas do cariri?

Pensando nesta problemática o estudo tem como objetivo analisar as possibilidades de inclusão da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos das escolas públicas do cariri paraibano (Amparo, São João do Cariri, Serra Branca e Sumé). Identificar o “olhar” dos professores de Educação Física e diretores, no tocante à inserção da disciplina no currículo da Educação de Jovens e Adultos no cariri Paraibano. Investigar as possibilidades de transposição dos PCNs da Educação Física para a inclusão desta disciplina Educação de Jovens e Adultos. Como amostra a pesquisa foi realizada nas escolas públicas que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental II e Médio do Cariri Paraibano. A população foi constituída pelos professores da disciplina de Educação Física e os gestores das escolas dentro da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O trabalho intitulado Educação Física na Educação de jovens e adultos na lei e na pratica está interligado com alguns fatores da oferta da disciplina para a modalidade de ensino da EJA, a preocupação advêm desde o período que estudava o ensino médio, observando que todas as aulas de Educação Física ocorriam na quadra poliesportiva voltada especificamente para aulas práticas, e mesmo com uma infraestrutura inadequada, por incrível que pareça era o melhor momento que passava na escola, sempre participava dos jogos escolares e com certa curiosidade descobri que os alunos da EJA não tinham aulas de Educação Física, mas participavam apenas dos jogos internos da escola, na minha visão isto era o descaso com os

alunos, mesmo que neste momento não conhecia nenhum aparato das leis para tal decisão. Isto fez com que ao iniciar o curso de Educação do Campo, optar pela área de linguagens e códigos, visto que está atrelada a Educação Física. Com a oferta das disciplinas na área de Educação Física como: Cultura Corporal, Educação Física no Ensino Fundamental e Médio, e também em Currículo e Escola, Políticas Educacionais e Educação Básica no Brasil, Educação de Jovens e Adultos e especificamente o estágio III que foi na disciplina de Educação Física, possibilitou-me trazer a tona esta preocupação que tinha com a Educação Física na EJA.

No Brasil o meio mais viável para dar continuidade aos estudos após o ensino médio é através do exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) prova disto é que a cada ano a quantidade de inscritos aumenta consideravelmente, em 2014 o recorde chegou a 8,9 milhões de candidatos aptos, o mesmo ocorre durante dois dias onde o no primeiro fazem provas de ciências humanas e ciências da natureza e no dia seguinte a de linguagens e códigos, matemática e redação. Um exemplo é o próprio Exame nacional (ENEM), visto que Linguagens e Códigos estão atrelados às disciplinas: de língua portuguesa, língua estrangeira, artes, e a Educação Física, sendo quarenta e cinco questões de múltipla escolha, para as disciplinas citadas acima, no que tange a grade curricular da Educação de Jovens e Adultos a disciplina de Educação Física não consta, assim os alunos que fazem parte desta modalidade ao participarem do ENEM acabam tendo desvantagem comparada ao ensino regular.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Educação física: lei, diretrizes e bases para a prática escolar

Ao iniciar a discussão sobre o processo histórico da Educação Física como parte do currículo escolar é necessário expor quais influências a mesma sofre desde a relação com as demais áreas de conhecimento. Conforme Saviani embora seja possível estudar a evolução desta (s) ou daquela (s) disciplina (s) na história de determinado (s) currículo (s), cada disciplina tem, por sua vez, uma história “autônoma”, com trajetória própria, envolvendo fatores específicos e sofrendo/exercendo influências peculiares [...]. Afirma também que “as disciplinas escolares constituem um conjunto peculiar de conhecimentos, dispostos especificamente para fins de ensino” (SAVIANI *apud* CAPARROZ 2009, p. 78).

Isto nos conduz a questionar o que realmente diferencia as áreas de conhecimento, seja ela história, português, educação física entre outras? É perceptível que há uma preocupação diferenciada nas disciplinas, ou seja, no Brasil a preocupação com as disciplinas da grade curricular ofertada foram surgindo aos poucos devido à vários fatores sociais. Uma das repercussões está no âmbito da ciência pela procura da sua fundamentação epistemológica.

Conforme a incorporação da Educação Física como componente curricular, Betti (1991) divide a partir dos três eixos ao longo da história no Brasil (o francês, o desportivo generalizado e o esportivo) no período de 1980 é importante destacar as várias indagações surgidas neste período que a “categorizava-se mais como perda da identidade constituída do que como esforço de reconstrução e consolidação dessa identidade”. (CAPARROZ, 2007, p. 81). Dessa forma, ocasionou numa longa discussão que até hoje a disciplina de Educação Física sofre diante as demais no tocante a sua valorização no espaço escolar.

No Brasil a inclusão da educação física na escola ocorreu de forma conturbada, devido sua proposta adentrar numa perspectiva para melhorar, adequar à saúde do trabalhador, ou mesmo de vincular neste os valores e pressupostos da burguesia, uma vez que o acesso à escola era praticamente restrito às elites, e mesmo nas escolas frequentadas pelos trabalhadores é preciso verificar se havia aulas de educação física (CAPARROZ, 2007).

A inclusão da Educação Física ocorreu posteriormente as demais áreas de conhecimento, é importante compreender quais motivos levaram para seu reconhecimento, no Brasil sendo por meio da criação de escolas de ginástica. As aulas de Educação Física nas escolas eram ministradas por militares responsáveis pelo acontecimento no âmbito escolar.

Nesta perspectiva, a educação física vinculava-se o exercício físico como uma das principais funções no âmbito escolar. Nesse contexto a área:

[...] fornece importantes elementos para a compreensão do desenvolvimento da educação física como componente curricular, revela que a introdução da ginástica nas escolas gerou certo furor entre a elite dominante, uma vez que essa entendia ser a atividade física perniciososa à educação de cunho exclusivamente intelectual que então era extremamente valorizada. (CASTELLANI FILHO, 1988 *apud* CAPARROZ, 2007, p. 100).

Desta forma podemos situar o esporte como elemento propulsor da educação física enquanto componente curricular, mas que a disciplina perpassou um período maior para se firmar nas escolas como componente fundamental na formação integral do sujeito, sabendo por quais motivos estarem trabalhando o movimento humano nas aulas como um fator de construção do sujeito na sociedade.

As análises de Betti abrem a possibilidade de entender-se o desenvolvimento da educação física no âmbito escolar, não em função exclusivamente de influências externas, perniciosas a essa área, mas sim com base em sua trajetória histórica, que aponta elementos que auxiliam a compreensão de sua gênese e de sua conformação num movimento dinâmico permeado de contradições e conflitos. (BETTI *apud* CAPARROZ, p. 103).

Atualmente a educação física aborda várias temáticas como: jogo, a dança, capoeira, lutas, ginástica, esporte como mesmo propõe PCNs (1998) e metodologia do Ensino da Educação Física, sendo esta uma disciplina que adentram várias inquietações na sociedade, assim podemos entender a educação física como cita alguns autores como o corpo em movimento. Conforme Freire e Scaglia (2007, p. 32);

O objetivo da Educação Física deve ser levar a criança a aprender a ser cidadão de um novo mundo, em que o coletivo não seja sobrepujado pelo individual; em que a ganância não supere a solidariedade; em que a compaixão não seja esmagada pela crueldade; em que a corrupção não seja referência de vida; em que a liberdade seja o bem superior; em que a consciência crítica seja patrimônio de toda pessoa [...].

Nesta ideologia partimos de que a Educação Física não se restrinja apenas ao desenvolvimento técnico, físico, mas que fomente a prática de questionar, conhecer, saber se posicionar perante o meio social o que leva a realizar estes movimentos corporais, de que contexto advém estas modalidades, nesta linha Freire e Scaglia (2007) propõe que,

As aulas sejam organizadas de acordo com uma estrutura composta de três partes, vinculadas entre si. Primeira parte: roda de conversa sobre o que será feito na aula [...]. Segunda parte: prática [...]. Terceira parte: roda de conversa sobre o que foi feito na aula [...]. (p. 100).

O que nos leva a refletir de como o professor esta propondo na proposta curricular da escola, alertando a necessidade de dar significado ao conteúdo, mas que perpassa por mais de uma etapa, desde a conversa sobre o que será discutido para irmos a pratica e posteriormente socializarmos quais contribuições, dificuldades, as dúvidas que os alunos tenham ao exercerem as práticas corporais. Assim respeitando o principio educacional, onde a mesma “é uma prática que pretende atuar sistematicamente sobre os sujeitos ou grupos sociais, com intuito de formação de sua personalidade e sua participação ativa na sociedade”. (GONÇALVES, 2002, p.118).

Neste sentido podemos perceber que mesmo com algumas mudanças na LDBEN (1996) no tocante a disciplina de Educação Física citado no art. 26 estabelece que “§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.” (BRASIL, 1996) excluindo da grade curricular da Educação de Jovens e Adultos, onde estava assegurada no Decreto 69450/71 Art. 2º “A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino” (BRASIL, 1971).

Essa desvalorização mesmo após a lei que torna obrigatório a Lei de nº 10.328, 2001 e permanecendo na Lei nº 10793 de 1 de dezembro de 2003, a Educação Física passa a ser considerada obrigatória para todos os turnos de estudos e facultativa ao aluno, mas sendo oferecida como optativa em todos turnos na escola. Trazendo essa perspectiva de fragmentação e exclusão da disciplina com a EJA, vemos que nas Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino (2014) os componentes da Educação Física e Ensino Religioso são de oferta obrigatória para a Escola, mas facultativos para os estudantes. Não serão cobradas notas nem frequências (PARAÍBA, p.51). As perguntas que ficam é qual a função do professor de Educação Física atualmente a partir dessa postura? E quais mudanças ocorrem após o discente compreender que a partir dessa descrição terá com a mesmo? Para Castellani Filho (2002), citado por Souza Júnior & Darido (2009, p. 14).

A facultatividade da Educação Física aos alunos do período noturno que comprovassem vínculo empregatício logo foi estendida aos alunos do turno diurno, fato que acabava por reforçar a lógica de que, estando o aluno já integrado ao mercado de trabalho, não caberia mais à escola, mas sim ao próprio mercado, a responsabilidade pela capacitação e manutenção de sua força de trabalho.

Neste modelo de ensino a escola atribui sua função de formação durante processo de inserção na escola, seja ela pública ou privada, assim exclui a diversidade de trajetória de vida dos discentes que estão inseridos.

Pertinente a essas indagações Neira (2009) descreve que:

[...] as práticas escolares são historicamente afirmadas e legitimadas pelas representações que as pessoas constroem através do efeito discursivo de uma pedagogia que garante a escola como instituição capacitada para organizar e transmitir os saberes culturais. Entendemos que a escola, por possuir e produzir cultura desempenha um papel importante na sociedade, pois não apenas forma indivíduos, mas penetra e modifica a cultura da sociedade dialeticamente. A Educação Física, por sua vez, entendida como componente curricular, possui práticas de significação específicas, caracterizando-se como um espaço de disputa simbólica dos saberes corporais [...] (2009 p 20).

Segundo Daolio (2004, 100) “Uma Educação Física escolar que considere o princípio da alteridade saberá reconhecer as diferenças - não só físicas, mas também culturais - expressas pelos alunos, garantindo assim o direito de todos à sua prática”, seja em qual for a modalidade de ensino a responsabilidade de uma formação integral e que garanta a inclusão e integração da diversidade no espaço escolar.

2.2 Educação de Jovens e Adultos

Ao lançamos o “olhar” sobre a Educação de Jovens e Adultos desde o início do processo de educação do nosso país, esta modalidade de ensino esteve sobe exclusão. De acordo com a primeira Constituição Brasileira de 1824, que garantia instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, garantiu apenas o acesso à escolarização apenas para crianças e a elite, ficando à mercê a população de baixa renda. Diante desta situação, surgem os movimentos das camadas populares para lutarem por seus direitos, como também em busca de radicalizar os programas que de uma hora ou outra tinha início e fim, sem que garantisse a aprendizagem satisfatória do público que atendia. No quadro a seguir situamos algumas ações para o público da Educação de Jovens e Adultos no Brasil apontado no estudo de BERNARDIM (2007).

Quadro 1 - Ações: do Governo Federal na Educação de Jovens e Adultos.

Ano	Ações: do Governo Federal
1945	CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e adultos – Criado em 1945, mas oficializado apenas em 1947.
1957	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA, através da Lei 3327-a/57, de JK.
1964	Plano Nacional de Alfabetização – PNA, nascido da experiência do método Paulo Freire através do decreto 53.465 de 21.01.1964. Contudo, o Golpe Militar de Março de 1964 extinguiu o Plano em 14.04.1964.
1967	Decreto 5379/67 cria o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL
1971	Lei 5692/71, que cria o Ensino Supletivo.
1985	Fundação Educar, extinta por Fernando Collor em 17.03.1990.
1990	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC
1996	Programa Alfabetização Solidária (PAS). Programa Nacional de Reforma Agrária Recomeço (PRONERA), que previa apoio financeiro a estados e municípios das regiões Norte e Nordeste + 389 municípios com baixo IDH. Lei das Diretrizes e Bases (LDB) A partir da Lei 9394/96 é que o Ensino Supletivo passa a ser conceituado como EJA.
2003	Programa Brasil Alfabetizado

Fonte: BERNARDIM (2007, p 83) organização do Autor, a partir de fontes diversas - MEC, FNDE.

O acesso e continuidade à escolarização através desta modalidade (EJA) são recentes, mas ainda, existe exclusão a própria LDB (lei de Diretrizes e Base da Educação) de 1996 em seus dois mínimos artigos direcionados para EJA, não garante o acesso à escolarização e permanência dos jovens e adultos que tiveram a oportunidade de entrar na escola. Sabemos que o nosso país possui um alto índice de analfabetos, fato este muito preocupante, que tem feito com várias medidas venham sendo desenvolvidas para “acabar” ou amenizar o analfabetismo, umas dessas medidas é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo está uma

modalidade de ensino que veio para pessoas que não tiveram oportunidade de estudar na idade adequada, pois há grande dificuldade que muitos brasileiros “tinham” para estudar está relacionado com a falta de políticas públicas desde sua trajetória da Educação oferecida no Brasil.

A EJA, na maioria das vezes, proporciona aos educandos um ensino “fragilizado”, ou seja, poucos conteúdos, alguns professores não possuem qualificação em nível superior e quando têm nem sempre está relacionado à sua área de atuação, há sempre uma estória seja ela referente à entrada no mundo de trabalho para atender as necessidades de sobrevivência ou de repetência escolar, que os levam a voltar ou ter acesso à escola quando já tem passado os anos de idade própria para o ensino, a EJA tem suas especificidades, e desta forma que o ato de reflexão sobre o contexto e as políticas públicas sejam repensadas, pois a falta de recursos didáticos para estimular a aprendizagens dos alunos; o tempo curto que não atende à aplicação e desenvolvimento dos conteúdos que respeite o processo de construção do saber de cada educando.

A exclusão advém de um processo e não de uma condição, sendo assim é necessário conhecer e compreender os possíveis elementos que contribuem para que este fator aconteça, seja ele proveniente da desigualdade social ou do próprio sistema de ensino.

Então como “amenizar” o analfabetismo no Brasil? Usando os sujeitos para apenas ganharem um certificado no final do ano sem os tornarem sujeitos críticos e conhecedores de seus direitos e deveres, é preciso que os educandos sejam sujeitos do processo de seu ensino e aprendizagem, assim como já dizia Freire: “O homem deve ser sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso ninguém educa ninguém” (1979, p, 28). No entanto para que o homem torne-se sujeito de sua própria educação considerando como um processo que requer responsabilidade, respeito com a sua formação cidadã e profissional, assim o educando sente a necessidade de aprender a ler e escrever viabiliza além deste domínio de grafar, interpretar, pois busca significado para esta aprendizagem, através da reflexão, em um processo de dialogo com o contexto social em que estes indivíduos estão inseridos, a necessidade de um desenvolvimento pessoal para transformar a sua realidade.

A Conferência Internacional de Jovens e Adultos – CONFINTEA foi outro meio de buscar melhoria em prol da EJA, pois mesmo com as mudanças citados por Bernardim no quadro (1), a proposta de ensino para jovens e adultos estava em debate, sendo necessário uma mobilização para criação de fóruns nos estados para dialogarem sobre as políticas públicas de EJA, nos âmbitos municipal estadual e regional no intuito de anualmente realizarem os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJAs, nos estudos

de SILVA (2008, p 63) “Os fóruns são movimentos que articula a participação de diversos atores vinculados a essa modalidade de ensino”. É importante destacar que entre 1999 a 2006, foram realizados oito encontros, inicialmente tinha cinco fóruns estaduais em 1999, e 26 (vinte seis) em 2006 e um no Distrito Federal, além de 51 fóruns regionais. Neste processo de reorganização destacamos algumas características dos fóruns:

Novo movimento social, no campo da EJA, articulador de diversos segmentos da sociedade e espaço de convívio e de diálogo plural, manifestando, portanto, a diversidade de concepções e formas de atuação o campo da EJA; Espaço suprapartidário-institucional no âmbito da EJA; Espaço democrático, ao oportunizar a participação de educadores de diferentes segmentos; Espaço do exercício da parceria com os diversos segmentos envolvidos com a EJA; movimento que promove o engajamento de novos participantes a cada encontro; movimento que propicia a apresentação de experiências de educadores de EJA e o aprofundamento teórico; Espaço de diálogos com diversos sujeitos sociais de diferentes correntes de pensamentos e práticas; Espaço de intervenção nas políticas públicas e de intercâmbio de experiências. (SILVA, 2008, p. 71 – 72).

Trazendo essa realidade no contexto geral em nosso país, nos últimos 07 anos (veja no quadro II) houve uma queda de 38% das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em todo o Brasil. Mas essa queda não significa que houve por demanda nessa modalidade, o Brasil de uma população de 65 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não concluíram o Ensino Fundamental e são 22 milhões com 18 anos ou mais, que, apesar de terem concluído o Ensino Fundamental, não concluíram o Ensino Médio. (dados Censo 2010, IBGE, Qeduc 2014). Quando comparamos com a situação de 14 anos a (1996 à 2010) atrás por meio dos estudos apontados por Di Pietro *et, al* (2001),

A contagem da população realizada pelo IBGE em 1996 verificou que entre os brasileiros com 15 anos ou mais, 15,3 milhões (14,2%) não completaram sequer um ano de escolaridade, 19,4 milhões (18,2%) têm apenas de um a três anos de instrução e outros 36 milhões (33,8%) completaram de quatro a sete anos. Totalizando esses dados, podemos constatar que são 70,7 milhões (66,2% dos brasileiros com 15 anos ou mais) os que não completaram o ensino fundamental e que, segundo a Constituição, teriam direito ao ensino fundamental gratuito adequado à sua condição de jovens e adultos trabalhadores. (DI PIETRO, *et al*, 2001, p.20).

Não houve muita diferença no tocante ao objetivo da EJA de erradicação do analfabetismo como era previsto. Por isso a necessidade de repensar que educação esta sendo disponibilizada para este público? Será que está sendo respeitada a igualdade de direito educacional quando esta comparada com ensino regular, ou esta modalidade vai esta sempre em segundo plano, quando colocamos em pauta a formação integral dos discentes e neste

espaço educacional deixa a Educação Física como segundo plano, fica a dúvida posta pelas orientações curriculares para o ensino médio nos aspectos das leis BRASIL, (2006):

Como pensar uma “Política da Igualdade” que deixa à margem do processo pedagógico deficiente, trabalhadores, adultos com mais de 30 anos, mulheres com filhos, etc.? Como pensar uma “Estética da Sensibilidade”, na qual as práticas corporais da Educação Física podem ser uma fonte riquíssima de formas “lúdicas e alego-ricas de conhecer o mundo”, se essas práticas são ensinadas para poucos em uma lógica excludente? Como pensar uma “Ética da Identidade” em uma prática pedagógica que determina quem pode e quem não pode ter acesso a esse saber, definindo sujeitos “dispensáveis” dessa prática pedagógica? (BRASIL, 2006, p. 216)

Quadro 2 - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos.

Ano	Matricula
2007	4.985.338
2008	4.954.424
2009	4.287.234
2010	4.046.169
2011	4.046.169
2012	3.906.169
2013	3.772.670

Fonte: Qedu - Qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil.

A relação da Educação Física com a EJA continua sendo conturbada quando esta exclui os discentes da disciplina que envolve um vasto conhecimento socialmente construído. O Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, também conhecido como Fundeb, determina que os investimentos na EJA possam atingir um máximo de 15% do fundo (veja no quadro 3).

Quadro 3 - Investimentos na Educação de jovens Adultos.

	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
Receitas totais do FUNDEB	14,3 bi	6,7 bi	21 bi
Receitas do FUNDEB que poderiam ser investidas na modalidade de EJA	2,1 bi	1 bi	3,1 bi
Receitas que são investidas na modalidade de EJA	808,4 mi	474,6 mi	1,2 bi

Fonte: IBGE

Vemos que mesmo com a transição de supletivo para modalidade de ensino a Educação de Jovens e Adultos com recursos do FUNDEB deixa de ser investido um grande percentual financeiro que poderia dar suporte e valorização a esta modalidade de ensino.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

Quanto ao percurso metodológico recorreremos aos livros de metodologia científica para averiguar quais procedimentos serão necessários para a realização da pesquisa, pois conforme DEMO [...] cabe reconhecer que conhecimento é processo diário, como a própria educação, que não começa e nem acaba. Diante de nossa ignorância e dos nossos limites, há sempre o que conhecer, sobretudo conhecer faz parte do conceito de vida criativa. (2011, p.16), neste sentido.

O presente trabalho se caracteriza por uma pesquisa descritiva, pois de acordo com Gil a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (2008, p. 28). A sua abordagem parte de uma análise qualitativa, com intuito de busca o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, Demo situa que:

Em termos cotidianos, pesquisa não é ato isolado, intermitente, especial, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem [...] cabe reconhecer que conhecimento é processo diário, como a própria educação, que não começa e nem acaba. Diante de nossa ignorância e dos nossos limites, há sempre o que conhecer, sobretudo conhecer faz parte do conceito de vida criativa. (DEMO, 2011, p. 16).

Neste contexto procuramos analisar as possibilidades de inclusão da educação física na Educação de Jovens e Adultos das escolas públicas do cariri paraibano (Amparo, São João do Cariri, Serra Branca e Sumé).

3.2 População e amostra

Esta pesquisa foi realizada nas escolas públicas que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental II e Médio do Cariri Paraibano (E. E.E. Fundamental Vasconcelos Brandão, E. E. E. F. M. Maria Balbina Pereira, E. E. E. F. M. Senador José Gaudêncio, E.E. E. F. Padre Paulo Roberto de Oliveira, E. E. E. F. M. Professor José Gonçalves de Queiroz, E.E.E. F. M. Jornalista José Leal, E. E. E. F. M. Idelfonso

Anselmo da Silva). A amostra foi constituída por 13 professores da disciplina de Educação Física e de 07 diretores das escolas dentro da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados utilizamos dois questionários, um direcionado para os professores com objetivos específicos para este público e o outro para os gestores. O questionário é um instrumento bastante utilizado em pesquisas do tipo descritivas que segundo Gil;

Pode-se definir o questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado (2008, p. 140).

Com o propósito de coletar informações visando responder aos objetivos propostos no trabalho foi elaborado um conjunto de questões abertas e fechadas, com 05 perguntas direcionadas aos professores e 09 para os diretores.

3.4 Procedimentos de Coleta de Dados

O primeiro passo foi o contato para constituição da amostra, por meio de uma conversa com os diretores e professores. Encontramos 18 professores vinculados às escolas selecionadas, e 08 diretores (as). Assim, optou-se pela realização do pré-teste, a fim de ter uma segurança na qualidade e interpretação dos sujeitos quanto às questões do questionário, para isso precisamos de uma população que tivessem as mesmas características. Dessa forma, foram escolhidos uma diretora e 02 professores, que fizeram o teste piloto e não foram inseridos na pesquisa, visto que tivemos que alterar alguns detalhes nos questionários para possibilitar uma melhor compressão e reflexão do entrevistado.

Ao iniciarmos a coleta de dados, houve alguns imprevistos no tocante a participação de 03 professores, um alegou que por não ter a formação específica na área que atua não estava preparada para responder as questões, os outros dois a direção informou que estavam com problemas de saúde. Ao final da coleta ficou constituído da seguinte forma o número de sujeitos de acordo com a cidade:

Quadro 4 - Quantidade de Professores de Diretores pesquisados em cada cidade.

Professores	Quantidade	Diretores (as)	Quantidade
Amparo	01	Amparo	02
Sumé	06	Sumé	03
Serra Branca	03	Serra Branca	01
São João do Cariri	03	São João do Cariri	01

Fonte: Coleta de dados.

A princípio o pesquisador realizou a leitura do termo de aceitação livre e esclarecido, em seguida os professores de Educação Física e gestores decidem se participam da pesquisa.

O pesquisador apresentou aos professores e diretores responsáveis pelas escolas do Cariri Paraibano, um requerimento de autorização para coleta de informações (ver apêndice A), em seguida foi utilizado roteiro condutor do questionário (apêndice C), com os professores da disciplina de educação física, e gestores da instituição educacional por meio da concordância expressa no termo de aceitação livre e esclarecido (ver apêndice B). Estes responderam os questionários em seu ambiente de trabalho, devido os mesmos pertencer a cidades diferentes, não foi possível concluir a pesquisa em um mesmo dia.

3.5 Procedimentos de tratamento e análise de dados

Os dados foram analisados a partir de uma abordagem qualitativa para análise dos dois questionários, onde um para os professores da disciplina de Educação Física e outro para o gestor da escola. A escolha desta abordagem Neves (1996) ressalta que;

Compreender e interpretar fenômenos, a partir de seus significantes e contexto são tarefas sempre presente na produção de conhecimento, o que contribui para que percebamos vantagem no emprego de métodos que auxiliam a ter uma visão mais abrangente dos problemas, supõem contato direto com o objeto de análise e fornecem um enfoque diferenciado para a compreensão da realidade (1996, p. 5).

Para as análises dos questionários e com o intuito de preservar a identidade dos entrevistados os mesmos foram tratados nas análises por meio de numerais. Após o retorno dos questionários os participantes da pesquisa foram enumerados de forma aleatória: Professores de 01 a 13 e os diretores de 01 a 07.

3.6 Considerações éticas

Os educandos que participaram dessa pesquisa assinaram um termo de aceitação livre esclarecido, a fim de evitar qualquer tipo de constrangimento para ambas as partes, de acordo como que rege a resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que aponta as Diretrizes Éticas da Pesquisa com Seres Humanos (BRASIL, 2013).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Educação de Jovens e adultos: quem são os sujeitos da pesquisa?

Com intuito de analisar as possibilidades de inclusão da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos das escolas públicas do cariri paraibano foi preciso direcionar dois questionários, sendo um para os professores e outro para os diretores. Dessa forma, conseguimos traçar um perfil inerente aos sujeitos da pesquisa, que correspondeu a treze professores e sete diretores. Dos professores pesquisados no tocante a sua formação vemos que onze professores concluíram o ensino superior, no entanto apenas 08 possuem a licenciatura na área de atuação, 02 são pedagogos, 01 com formação em biologia e cursando sua segunda graduação na Educação Física e 02 estão concluindo o ensino superior na área de atuação. Com idades variando entre 30 e 59 anos, o tempo de atuação na disciplina de Educação Física ficou entre 01 a 30 anos, quanto a sua progressão na formação 04 não tem pós-graduação.

Quanto aos diretores pesquisados todos possuem graduação e apenas 04 tem especialização, com idades variando entre 40 e 61 anos, referente ao período de atuação nesta função variou entre 06 meses a 08 anos.

Mesmo com a maioria dos professores pesquisados com formação na Educação Física visto que no Art. 8º, Art. 11 do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF expõe que:

Art. 8º - Compete exclusivamente ao Profissional de Educação Física, coordenar, planejar, programar, prescrever, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, orientar, ensinar, conduzir, treinar, administrar, implantar, implementar, ministrar, analisar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como, prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas, desportivas e similares.

Art. 11 - O exercício da Profissão de Educação Física, em todo o Território Nacional, tanto na área privada, quanto na pública, e a denominação de Profissional da Educação Física são privativos dos inscritos no CONFEF e registrados no CREF, detentores de Cédula de Identidade Profissional expedida pelo CREF competente, que os habilitará ao exercício profissional.

Neste sentido vemos que nas escolas há uma mudança quanto à exigência na formação de nível superior, porém quando coloca em pauta a disciplina de educação física encontramos

professores em atuação com formação em outras áreas, assim, mesmo com órgão de fiscalização (Conselhos Federal e Regionais de Educação Física), ainda prevalece uma visão rudimentar pelos gestores (municipal e estadual) da educação ao inserir no espaço escolar professores para atuar em outras funções que não estão de acordo com a formação específica. Um fator no contexto dos pesquisados está atrelado à continuidade de formação, vemos que poucos tornaram especialistas na área, mesmo com universidades próximas de suas cidades.

Com relação à área Educação Física, observa-se que quando a escola adota o professor com outra formação para assumir a especificidade da área acaba comprometendo o conhecimento e o processo de ensino aprendizagem do aluno, uma vez que o professor sem a devida formação em educação física não irá possuir a devida capacidade para atuar de forma satisfatória, nesse sentido, concordamos com Finck (2011, p. 70) quando afirma que “a Educação Física na escola deve contribuir para a formação integral do educando, possibilitando-lhe uma melhor amplitude de seus conhecimentos, fornecendo-lhe subsídios científicos em diversas áreas”, para isso é necessário garantir ao educando um mediador que permita no seu processo de aprendizagem uma postura crítica emancipatória. Carvalho (2013) também coloca que para tornar essa realidade mais próxima dos sujeitos é preciso inserir e garantir a qualidade do ensino para os formadores, pois:

Ao aproximar esta discussão da formação de professores, afirmamos o desejo por uma educação permanente, pela criação de uma sociedade solidária e heterogênea, com diferentes sujeitos, saberes, tempos e espaços, em um conjunto de múltiplas oportunidades educativas, integrantes do processo de ampla leitura do mundo. O que vai ao encontro de uma política de educação que privilegie não só aumento de escolaridade, mas educação permanente e inclusão no mundo do trabalho (CARVALHO, 2013, p.09).

Neste processo de inclusão na educação, compreender as suas nuances no contexto da Educação Física e na Educação de Jovens e Adultos é de suma importância, pois atrelados ao nosso objetivo, dialogar a partir dos posicionamentos de professores da disciplina de Educação Física e diretores que estão inseridos no contexto “sistemático” educacional. Desta forma direcionamos um questionamento acerca da visão que os mesmos apresentam sobre a Educação de Jovens e Adultos.

De maneira geral 46% dos professores e 43% dos diretores afirmaram que a EJA é importante para aqueles alunos que não tiveram oportunidade de concluir o ensino regular. E 15% dos professores e 14% dos diretores veem a EJA como modalidade de ensino, outros 14% dos professores e 15% dos diretores conceituam como um programa, outros 14% dos professores destaca a EJA como um projeto. E 14% dos diretores atribuem a falta de interesse

dos alunos em dar continuidade nos seus estudos e 23% dos professores justifica como importante ampliar a oferta da EJA e esclarecendo que o ensino aprendizagem para esse público tem que ser diferenciado. Essa divergência para identificar a Educação de Jovens e Adultos está atrelada ao contexto da EJA no Brasil, devido às diversas mudanças ocorridas durante o processo de inclusão como modalidade de ensino.

De acordo com os resultados as respostas apresentaram divergências tanto entre professores como diretores. Várias definições são atreladas a proposta de ensino, os professores 05 e 13 e o diretor 03 reconhecem como sendo um programa ou projeto.

“Na minha concepção, o EJA é um programa que possibilita ao alunado a oportunidade de resgatar o tempo perdido, fazendo com que o mesmo recupere sua autoestima e abrindo novas possibilidades no campo estudantil”. (Professor 05).

“Existem vários programas voltados para essa clientela, portanto alguns problemas impedem um melhor aproveitamento, como por exemplo: cansaço dos alunos, instalações inadequadas alguns professores que não estão preparados para esse tipo de alunado e muitas vezes a má gestão do projeto”. (Professor 13).

“A educação de jovens e adultos é um projeto muito bom para atender as pessoas de faixa etária fora do ideal para cursar as modalidades de ensino, o que proporciona a estas oportunidades de concluir os estudos e melhorar sua vida profissional, pena que muitos jovens estão deixando de frequentar o ensino regular para ir cursar o EJA, sem ter noção que é um ensino diferenciado e, portanto não oferece um aprendizado adequado, é claro que temos alunos que se destacam no EJA, mas isso com muita força de vontade”. (Diretor 03)

A compreensão apresentada pelos referidos professores e diretor divergem um pouco da atual definição sobre a proposta da EJA, quando comparamos a ideia advinda dos sujeitos da pesquisa anteriormente apresentados no capítulo 2.2 no quadro I um apanhado histórico entre 1945 a 2003 sobre a Educação de Jovens e Adultos, sendo a partir do parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação que a mesma torna-se modalidade de ensino fugindo essa nomenclatura de projeto ou programa, para tanto o conselho apresenta uma justificativa:

Nesta ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (PARECER 11/2000 do CNE, 2000, 05).

Ao referir-se a tal assunto é importante mencionar que esta conquista e reconhecimento de garantir o direito da Educação para todos foram difundidas muito antes da constituição de 1988 especificamente no artigo 6º, os encontros internacionais da educação, já entrava em pauta as questões vinculadas a esta temática. É oportuno lembrar que durante muito tempo no Brasil especificamente a grande parcela da população ficou de fora das escolas, mesmo que ao longo do histórico da EJA tenham surgido programas com intuito de erradicar o analfabetismo, mas em pleno século XXI, ainda temos altos índice de analfabetismo apontado pelo Instituto Brasileiro Geografia Estatística (2012).

Na visão de alguns professores a EJA acaba se tornando uma oportunidade para aquelas pessoas que por motivos diversos não tiveram a chance de ingressar no ensino regular nas falas dos professores 04, 06, 07, 08, 11 e 12 pode-se identificar essa percepção.

“Importante para os que não conseguiram por algum motivo concluir os estudos no tempo certo, tenham oportunidade de concluir.”. (Professor 04)

“Acho de grande relevância para o ensino aos que não tiveram oportunidade de ter um ensino regular. No entanto, a maioria dos alunos do EJA, não fazem Educação física, pois a LDB acoberta os alunos, considerando facultativo nos cursos noturno”. (Professor 06)

“Vejo como imprescindível ofertar ensino a quem não teve oportunidade de se escolarizar na idade preconizada, assegurando o direito a educação, conforme consta na constituição federal em seu artigo 6º”. (Professor 07)

“É uma maneira de dar oportunidade, aos que de uma forma ou de outra deixaram de ingressar em seus estudos na idade certa. No entanto, acho que essa idade de 15 anos para ingressar no ensino fundamental, é muito cedo por isso, deveria ser de 17 anos para o ensino fundamental e 21 anos para o ensino médio. Mas não deixa de ser uma grande oportunidade para aqueles que não tiveram à devida oportunidade”. (Professor 08)

“A educação de jovens e adultos é uma forma de resgatar o tempo perdido por esses jovens que, durante um período de suas vidas deixaram de estudar para trabalhar e ajudar a família”. (Professor 11)

“Muito importante, pois da oportunidade de pessoas que perderam tempo de estudar”. (Professor 12)

De acordo com artigo 38º da LDB está previsto a idade mínima de 15 anos para se matricular no ensino fundamental e de 17 anos para o ensino médio nas escolas, seja ela pública ou privada. Na fala do professor 08, observa-se uma insatisfação quanto essa organização cronológica proposta pela LDB para EJA, na visão do professor o aluno ainda apresenta uma faixa etária ideal para o ensino regular. Nesse intuito concordamos em parte com a visão do referido professor, uma vez que embora a EJA se mostre como uma oportunidade de resgatar alunos que por algum motivo não tiveram a chance de dar continuidade aos seus estudos, esta acaba se tornando uma válvula de escape para muitos alunos que ainda tem a oportunidade de estar no ensino regular, acaba buscando o caminho mais rápido para tanto. Entretanto estas pessoas que buscam a modalidade de ensino na EJA acabam tendo algumas perdas, em virtude da mesma apresentar especificidades que não são garantidas, uma justificativa plausível é a própria Educação física que na maioria das vezes não é ofertada como ratifica o professor 04 em sua fala. O professor 06 lembra sobre o artigo 26 da LDB, onde o mesmo as aulas práticas da educação Física é facultativo para aos alunos da Educação de Jovens e Adultos, já o professor 07 traz um itens importante quando se fala na oportunidade de recomeçar seus estudos, assim salienta que a educação é um direito de todos previsto no artigo 6º da constituição federal (1988).

O professor 10 destaca a EJA como uma modalidade de ensino, assim como os diretores 02 e 03, contrariamente aqueles que a tratam como projeto ou programa.

“É uma modalidade de ensino que veio para suprir as deficiências de outras que foram criados, mas ainda é pouco aproveitada pelas pessoas que podem desfrutá-la, talvez pela falta de informação ou pela própria a falta de interesse” (professor 10).

“Favorecer aqueles que não tiveram direito o ensino básico na idade adequada seja por vários motivos e vejo que ainda falta muita atenção para tal modalidade”. (diretor 02).

“A educação de jovens e adultos é um projeto muito bom para atender as pessoas de faixa etária fora do ideal para cursar as modalidades de ensino, o que proporciona a esta oportunidade de concluir os estudos e melhorar sua vida profissional, pena que muitos jovens estão deixando de frequentar o ensino regular para ir cursar o EJA, sem ter noção que é um ensino diferenciado e, portanto não oferece um aprendizado adequado, é claro que temos alunos que se destacam no EJA, mas isso com muita força de vontade”. (Diretor 03)

Para aqueles que por diversos motivos não tiveram oportunidade, esta mudança após o complemento do Conselho Nacional de Educação foi de grande avanço no tocante a valorização e financiamento para esta modalidade.

Este depoimento nos alerta para a seguinte questão se a EJA é modalidade de ensino e com recursos aproximadamente do ensino regular quais fatores contribuem para essas desigualdades na aprendizagem? Sabemos que a EJA tem uma carga horária menor em relação ao ensino regular, conseqüentemente o currículo torna-se fragmentado, assim, desconsidera o princípio da igualdade de oportunidade educacional, outra questão levantada, será que a escola tem proporcionado aos educandos um espaço de qualificação, emancipação? Ou esta apenas atrelada ao certificado de conclusão?

Segundo Bernardim (2008);

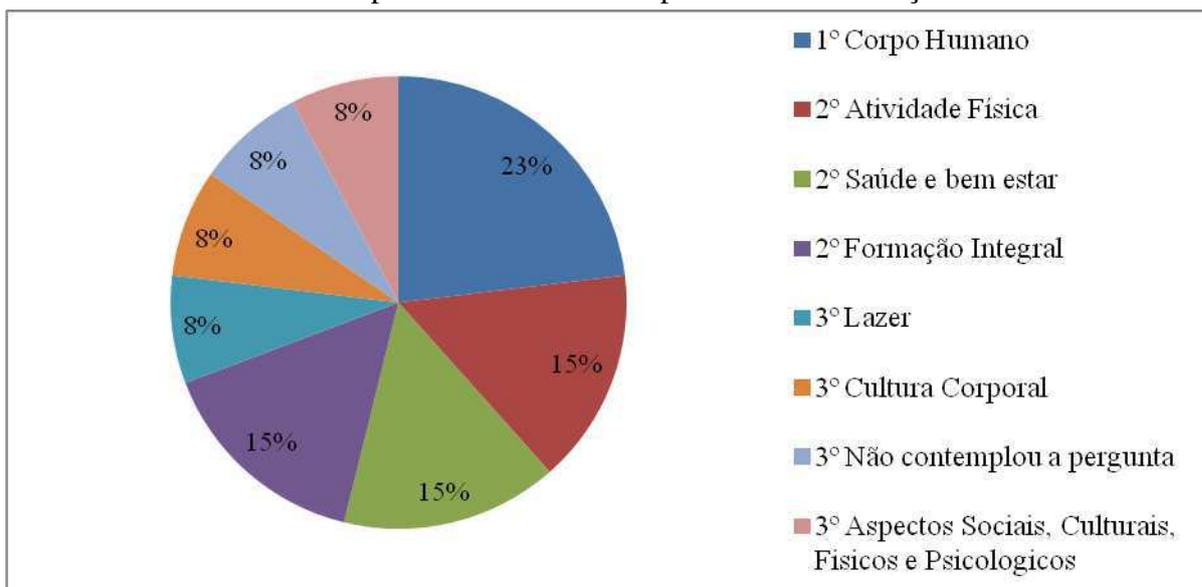
O Parecer pressupõe que a EJA tenha um caráter próprio, devendo ser considerada a partir do contexto em que ela se desenvolve e o público que atende (faixa etária, interesses), no sentido de dar conta das suas necessidades básicas. Além disso, para o relator, a EJA tem três funções próprias: a) reparadora - acesso aos que tiveram esse direito negado historicamente; b) equalizadora - garantia de permanência e igualdade de oportunidades educacionais; c) qualificadora - educação contínua e de qualidade (BERNARDIN, 2008, p 95).

Concordamos com a visão do autor quando este pressupõe um ensino de qualidade para EJA, respeitando suas funções enquanto modalidade ensino, salientamos que a educação deve ser um espaço de igualdade para todos, não somente de erradicação do analfabetismo como muitas vezes se mostra no contexto educacional, as políticas educacionais em muitos cenários, se apresentam fragmentadas em sua ação. Se a proposta é de garantir igualdade para todos que sua ação possa proporcionar esse direito a todos com qualidade.

Nesta linha de pensamento podemos afirmar que as funções da EJA (reparadora, equalizadora, qualificadora) ainda não foram contempladas em sua totalidade, assim, repensar quais caminhos estão sendo tomados para contemplar uma formação de qualidade. Como Gonçalves (2002) argumenta que a “Educação é uma prática pela qual se pretende atuar sistematicamente sobre indivíduos e grupos sócias, com a intenção de possibilitar a formação de sua personalidade e sua participação ativa na sociedade, ou seja, possibilitar ao sujeito uma reflexão critica e emancipatória” (p. 118 – 119).

Em seguida questionamos sobre a importância da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, na visão dos professores e diretores e a sua importância parte dos seguintes aspectos:

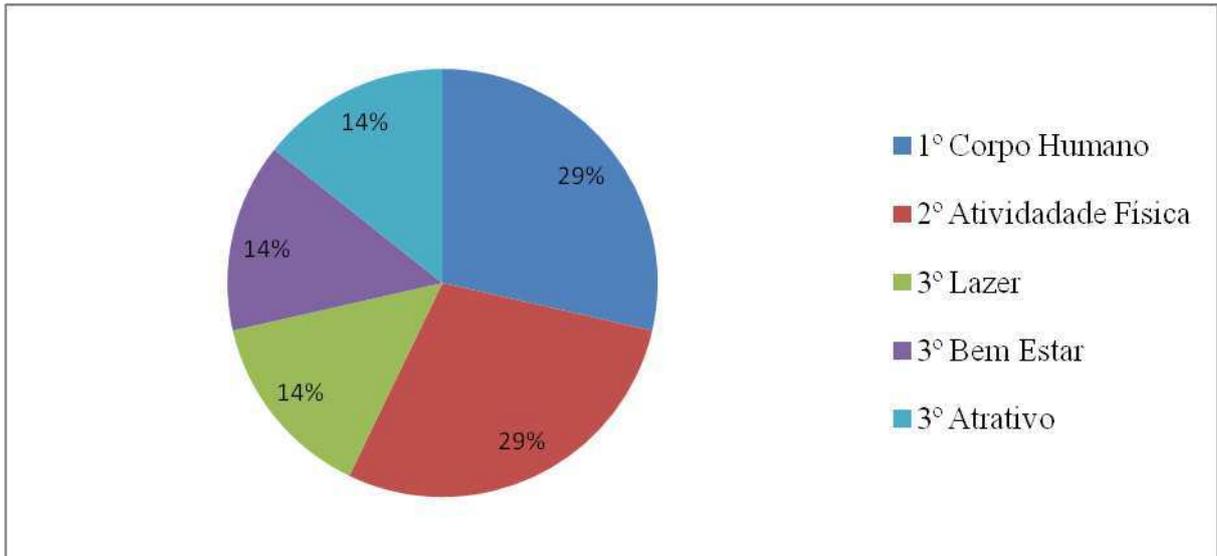
Gráfico 1 - Visão dos professores sobre a Importância da Educação física na EJA:



Fonte: Construído com dados da pesquisa.

Quando visualizamos as categorias de pensamentos expostas pelos professores acerca da importância da Educação física na EJA, observamos uma gama de informações acerca do que venha ser essa relação da área no contexto da escola. No gráfico inerente aos professores identificamos que 23%, (n=3) formação biológica entendida como corpo humano, 15% (n=2) Atividade física, 15% (n=2) Saúde e bem estar, 15% (n=2) Formação integral, 8% (n=1) Lazer, 8%, (n=1) Cultural corporal, 8% (n=1) Aspectos sociais, culturais, físicos e psicológicos, e apenas 8% (n=1) dos docentes não contemplou a pergunta.

Gráfico 2 - Visão dos diretores sobre a Importância da Educação física na EJA:



Fonte: Construído com dados da pesquisa.

Quanto aos diretores vemos algumas semelhanças referentes aos docentes em algumas respostas, dentro dessa ótica, tivemos: 29% (n=2) formação biológica entendida como corpo humano, 29% (n=2) Atividade física, 14% (n=1) Lazer, 14% (n=1) Bem estar, e 14% (n=1) acreditam que a Educação Física é “atrativo” para a escola.

Vale ressaltar que estes aspectos citados por ambos (Professores e Diretores), estão inseridos nas propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, (1998).

A área de Educação Física hoje contempla múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento. Entre eles, se consideram fundamentais as atividades culturais de movimento com finalidades de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções, e com possibilidades de promoção, recuperação e manutenção da saúde (p. 18).

Também é possível visualizar uma compreensão focada na educação física enquanto cultura corporal que de acordo com Soares *et al* (1992), esta é entendida como o conhecimento de que trata a educação física na escola, onde deve ser abordada uma gama de conteúdos envolvendo aspectos como esporte, dança, ginástica e capoeira, onde esse termo engloba todos esses conteúdos entendidos como elementos da cultura que devem ser reproduzidos na escola como processo de ensino aprendizagem, em que no aparato metodológico deve considerar o sentido significado para o aluno dentro de sua realidade sociocultural. Essa visão é trazida na fala do professor 08:

“A Educação Física, é uma disciplina que dar oportunidade significativa para o aluno desenvolver suas habilidades naturais que nasce com o homem, entre elas

podemos chamar diversas atividades tais como: Jogos, lutas, esportes, entre outros. Eles também podem desenvolver habilidades para o teatro (cultura) e danças (esportes), sua interação com outros alunos. O campo da Educação física é bastante intenso, e junto com seu professor ele tem as instruções necessárias, para desenvolver sua conscientização no campo da educação ambiental. É necessário que o estado dê as devidas condições para que o professor obtenha instruções para desenvolver, através de cursos, condições necessárias para poder dar melhores condições de instruir seus alunos neste campo”. (Professor 08).

Para poder formular seu posicionamento a respeito do mundo que vive a problematização de conteúdos que desperte no aluno curiosidade e motivação, a cultura corporal tornasse, portanto parte integrante no processo de inclusão, assim, dar a possibilidade aos sujeitos a capacidade de transformação de sua prática social para ampliar suas referências culturais.

Vemos que ainda existe uma compreensão da Educação Física com base no desenvolvimento da aptidão física, ao invés do desenvolvimento da cultura corporal quando os entrevistados trazem a questão dos fatores biológicos, da atividade física e saúde como pontos centrais para educação física na escola. Essa relação é totalmente compreensível quando consideramos a influência que a área da educação física sempre sofreu historicamente para atender as demandas de uma sociedade seletiva e excludente em que prevalecem os mais fortes. Para os PCNs (1998 p. 16) foi “a partir do Decreto n. 69.450, de 1971, considerou-se a Educação Física como a atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”. Ainda colaborando com esta linha de pensamento “[...] a Lei nº 6.251/75, que estabelece como objetivo básico da Política Nacional de Educação Física o "aprimoramento da aptidão física da população [...]” (SOARES *et al*, 1992, p 70).

Essa relação educação física e aptidão física fica clara nas falas dos professores quando estes acreditam que é preciso reconhecer a impotência da atividade física, pois atrelado a este aspecto a pratica continua possibilita uma melhor qualidade de vida.

“sabe-se dos benefícios da prática de atividade física para aqueles que a praticam em todas as faixas etárias, no entanto, é na infância que tais práticas exercem maior influência na formação do indivíduo, sendo de suma importância para o desenvolvimento não só dos aspectos motores, mas também no desenvolvimento de estruturas cerebrais que favorecerão o aprendizado escolar. Esse fato não diminui a sua importância na EJA, embora, as diretrizes atuais passem uma impressão

contrária. Defendo que o aluno do EJA tenha assegurado esse direito de ter Educação Física na grade curricular, mas reconheço as dificuldades e limitações locais para que a prática seja oferecida junto das outras disciplinas da grade, mesmo com esse cenário, defendo que no mínimo a disciplina seja trabalhada em aulas teóricas focando a cultura corporal e na promoção da saúde e bem-estar”. (Professor 07).

“Como componente curricular a educação física é importante quanto qualquer outro. É uma disciplina que cuida do corpo e da mente, tem uma importância grandiosa para o bem estar”. (Diretor 05).

A fala do diretor 05 ela aponta algo crucial para área da educação física que é a cisão entre corpo e mente, causando uma visão de dualidade em que o corpo está para as coisas materiais e físicas e a mente para as intelectuais, essa é uma visão cartesiana, que foi inicialmente propagada por Platão na Grécia antiga e resgatada por René Descartes e que hoje é algo refutado na área, uma vez que é preciso trabalhar com o ideal de totalidade de sujeito, sem fragmentações.

Para Descartes, ou se conhece a mente, a razão, de um lado; ou o corpo, visto como máquina, de outro. A pedagogia do corpo construída na modernidade, assim, oscila entre considerar o corpo como máquina, como suporte da intelectualidade e do mundo das ideias, ao mesmo tempo em que tenta teorizar sobre a substancial unidade entre corpo e mente (DESCARTES, 1999, 2002, apud ABREU, 2009, p. 24-25).

Transcendendo essa visão acima o professor 06 insere a preocupação de incluir sua cultura como fator de mudança e inclusão, pois para BRASIL (2002).

A inclusão representa a possibilidade para os alunos do contato com a cultura corporal de movimento. O acesso a esse universo de informações, vivências e valores é compreendido aqui como um direito do cidadão, uma perspectiva de construção e usufruto de instrumentos para promover a saúde, utilizar criativamente o tempo de lazer e expressar afetos e sentimentos em diversos contextos de convivência. (p. 193).

Indagados sobre a contribuição da Educação Física para o processo ensino-aprendizagem, pois a função da avaliação é a garantia de melhor resultado no âmbito de sua produção respeitando o processo de assimilação dos sujeitos e seu universo cultural para a construção do conhecimento. Como afirma BRASIL (2002).

O processo de ensino e aprendizagem deve ser baseado em compreensão, esclarecimentos e entendimento das diferenças. As estratégias escolhidas necessitam

não apenas favorecer a inclusão, como também discuti-la e torná-la clara para os alunos de EJA em todos os momentos da prática pedagógica. Por existirem alunos que nunca participaram diretamente de atividades de movimento mais sistematizadas e organizadas – como jogos, práticas esportivas, lutas, ginástica e atividades rítmicas e expressivas –, o desempenho e a eficiência não devem ser valorizados demais (p. 199).

Neste universo cultural de abordagem de ensino da educação física está voltada para diversos meios de inserção dos conteúdos da área que irão definir a prática do professor e seu significado para o aprendizado do aluno. Sobre essa questão a professora 07 apresentou uma ideia que corrobora com essa questão quando a mesma trás a questão que o processo de ensino aprendizagem irá depender da metodologia do professor e da sua abordagem de ensino adotada

“Seguindo o raciocínio da questão anterior, a Educação Física pode contribuir de forma decisiva na formação de estruturas e ligações neurais que estão ligados a apreensão do conhecimento, como afirmam os teóricos da psicomotricidade como Le Bouch baseado nos estudos de Wallon, Piaget, Ajuriaguerra entre outros, já os teóricos da tendência crítico-emancipatória como Elenor Kunz defendem o poder de transformação didático pedagógico que os esportes possuíam a partir de uma visão crítica. Enfim, são inúmeras as suas contribuições para o processo ensino-aprendizagem, seja qual for à tendência pedagógica adotada pelo professor, apesar dos PCNs preconizarem à tendência da cultura corporal de movimento.” (Professor 07).

Sobre a contribuição da educação física para o processo de Ensino Aprendizagem foi possível identificar diferentes respostas tanto dos professores como nos diretores. O professor 01 entende como importante para desenvolver as competências inerentes à sociedade. O professor 02 discorre sobre a formação omnilateral dos educandos. Os professores 03, 05, 06 e 11 abordam que a Educação Física fortalece no processo de ensino aprendizagem elementos como convívio social, desenvolvimento intelectual, motivação, conscientização de cidadania e inclusão. Nas falas dos professores 01, 02, 03, 05 e 11 e o diretor 07:

“Inserindo neste processo o professor de educação Física tem contribuído com o objetivo final na aprendizagem de ensino efetiva e significante para os alunos, de modo que está vivência na escola, desenvolva as competências que a sociedade demanda”. (Professor 01).

“A educação física escolar vem contribuir na formação unilateral dos educandos”. (Professor 02)

“Além da gama de conhecimento dentro das modalidades esportivas, a Educação Física hoje trabalha conceitos na área da saúde e prepara a criança, jovem e até

mesmo o adulto para o convive-o social utilizando a interdisciplinaridade nas aulas tanto praticas com teóricas”. (Professor 03)

“A Educação Física tem um papel primordial na formação dos indivíduos, através de aulas bem orientadas, os alunos podem desenvolver não só a parte física, mas também o seu desenvolvimento mental e intelectual, além de ter uma grande conscientização de cidadania”. (Professor 05)

“O bom planejamento das aulas práticas e teorias é uma boa estratégia para didática para colocar a dinamicidade em prática. Pois Educação Física não se resume a recreação e qualidade de vida, mas ultrapassa essa discussão, propondo a inclusão dos mesmos”. (Professor 06)

“A Educação Física tem como projeto pedagógico o princípio da inclusão do aluno como eixo fundamental no processo de ensino aprendizagem”. (Professor 11)

“Seria essencial nos aspectos: motivação e relaxamento”. (Diretor 03)

“Socializar a disciplina as demais, mostrando o seu potencial de uma qualidade de vida saudável e sobre tudo o bem estar do individuo”. (Diretor 07).

Quanto aos diretores indagamos sobre a inclusão da disciplina de Educação Física ser inserida no currículo da Educação de Jovens e Adultos. Neste aspecto apenas duas escolas aderem à inclusão da Educação Física no currículo da Educação de Jovens e Adultos, sendo implementado no ano de 2009, através da secretaria de educação para elaborarem o ofício para a secretaria estadual solicitando sua inclusão. Quanto ao interesse dos diretores terem a disciplina na grade curricular 01 não gostaria e 06 veem como uma forma de motivação e para conhecer as proporções corporais e transformação do corpo humano. Outra questão para os diretores é se os alunos demonstram interesse para com a disciplina de educação física. Na visão dos diretores 1, 4, 7 os discentes não demonstram interesse, já os diretores 2, 3, 5, 6, afirmam que os alunos gostariam que houvesse aulas de Educação Física.

Como bem observado nas falas dos professores, identificamos que das sete escolas entrevistadas duas apresentam a Educação Física como componente curricular e as demais não, dessa forma, entende-se que a escola apresenta autonomia na seleção do currículo, a inclusão ou não da educação física parte do interesse e da cultura local, e nesse caso percebe-se uma descaracterização da importância da educação física para os gestores que estão à frente, negando assim as vivências inerentes a essa área de conhecimento. Quando olhamos essa postura dotada pelas escolas, reafirma a negação da Educação Física enquanto componente curricular da escola, uma vez que embora a mesma se apresente como legitimada, mas a própria LDB dar possibilidade da mesma ser desvalorizada quando em seu artigo 26, "a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente

curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias”. Entretanto, torna facultativa a prática para os alunos que tenham prole, maiores de trinta anos ou que cumpram jornada de trabalho maior de seis horas diárias.

Pensando nessa relação questionamos aos diretores sobre o que pensavam sobre esse ponto facultativo e sua aplicabilidade na escola.

De acordo com a posição dos diretores abaixo, a Educação Física deveria ser inclusa, entretanto na visão deles ela não é vista como uma área de conhecimento como as demais disciplinas, mas sim como uma forma de relaxamento, entretenimento. Ressalta apenas sua importância como prática de exercício físico. Nesse sentido, mais uma vez percebe-se o caráter da mesma como desenvolvimento da aptidão física:

“A lei é clara e a grade curricular sem um o currículo pronto que acho erro, mas sabemos que é facultativo, não reprova ao mesmo tempo tornasse atrativo e tira mais o cansaço do dia a dia dos jovens e adultos, independente da idade de ter filho ou não”. (Diretor 02).

“Na minha opinião seria uma forma de elevar a autoestima dos estudantes, pois nossa clientela vem de comunidades bem distantes, inclusive da zona rural, são pessoas que trabalham no campo ou em outras atividades, chegando na escola para assistirem as aulas cansados e se fosse possível a pratica de exercícios físicos mudaria esse quadro”. (Diretor 06)

“Essa clientela tem uma jornada de vida diferenciadamente e corpos cansados do trabalho do dia-dia. Por outro lado seria bom está pratica para o relaxamento e condicionamento do corpo”. (Diretor 07)

Pensando no posicionamento da LDB de (1996) sobre a disciplina acreditamos nas palavras de BRASIL (2002) quando ressalta que:

Os pressupostos dessa lei são questionáveis, porque vinculam a área a um suposto gasto de energia que os alunos, já exaustos pelo trabalho, não teriam condições de suportar no período noturno. Tal conclusão reflete uma concepção ultrapassada de Educação Física, baseada exclusivamente em parâmetros energéticos e fisiológicos, e desconhece a possibilidade da adequação de conteúdos e estratégias às características e necessidades dos alunos que trabalham, bem como a possibilidade de inclusão de conteúdos específicos – aspectos ergonômicos dos movimentos e da postura, trabalho e lazer, exercícios de relaxamento e compensação muscular etc. (p. 196 – 197)

Esta afirmação nos permite questionar as falas dos diretores quando colocam os gastos excessivos de energia como requisito para não ter a educação física na grade curricular, considerando sua aplicabilidade apenas na prática, e mesmo que fosse essa teria meios como: resgatar seu percurso histórico e as diferentes influências que a transformam o seu espaço,

assim, adaptar a proposta da escola, trazendo as experiências dos alunos para discutir em sala, questões sobre a saúde, qualidade de vida, manifestações culturais, pois compreender estes movimentos culturais seja do seu dia-dia, ou em outros contextos podemos ampliar a diversidade de conhecimentos nas escolas, conseqüentemente valorizando e respeitando a história pessoal dos sujeitos que vão sendo construídas e reconstruídas num processo contínuo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que tem como objetivo dar oportunidade aos sujeitos que por diversos motivos não tiveram acesso ao ensino regular, atende especificamente a jovens e adultos. Assim, indagamos aos professores de Educação Física e diretores sobre a importância e contribuição da Educação Física na EJA para o ensino e aprendizagem, visto que no que se refere ao “silenciamento” da disciplina na lei e na prática pedagógica dentro da modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com as respostas dos pesquisados podemos observamos que alguns, ainda não sabem definir e conceituar a EJA, isso devido ao processo histórico na educação do Brasil que foram paulatinamente sendo alterado, tanto sua nomenclatura como sua proposta de ensino, curricular para projeto, programa e atualmente considerado modalidade, mas que a maioria a veem como uma oportunidade para aqueles que almejam concluir seus estudos, a preocupação da EJA vai além da formação escolar desses alunos, pois garantir o acesso e não dar suporte a sua permanência enquanto igualdade educacionais, torna esta modalidade “inferior” quando comparado ao ensino regular.

Nos gráficos 01 (visão dos professores) e 02 (visão dos diretores) que tem o objetivo de identificar a importância da Educação Física na EJA notamos que foram respondidos positivamente, deixando claro o resultado atribuído aos aspectos de conteúdos e pressupostos pedagógicos de ensino e aprendizagem do conhecimento da disciplina: Lazer, bem estar, saúde, atividade física, formação integral, aspectos psicológicos, sociais, culturais e a cultura corporal.

Mesmo os professores e diretores terem conhecimento e acreditarem na importância da Educação Física na EJA para a formação integral dos discentes, fica a desejar no critério de

autonomia por meio das decisões tomadas pelas escolas que não aderiram a Educação Física em seu projeto pedagógico. Desta forma constatamos que apenas duas escolas incluíram a disciplina em sua grade curricular a partir de 2009, visto que a lei nº 10.793, de 1º. 12.2003 enfatiza a obrigatoriedade da educação física na educação básica em quanto componente curricular, integrada à proposta pedagógica da escola, sendo sua prática facultativa ao aluno, no entanto a maioria dos diretores demonstra interesse, mas não apresentam iniciativa para efetuar tal proposta. Neste sentido compreendemos que é possível inserir a educação física na educação de jovens e adultos, perante a lei vigente que torna obrigatório a sua oferta, ou, quando a escola coloca em seu projeto político pedagógico a disciplina, assumindo como parte essencial na formação integral.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. JUNIOR, C. H. Inteligência, Corpo e Educação Física no Pensamento Educacional de John Dewey. **Revista HISTEDBR On-line**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art02_33.pdf> Acesso em 25 out. 2014.

BERNARDIM, Márcio L. **Educação do trabalhador**: da escolaridade tardia à educação necessária. Guarapuava: Unicentro, 2007.

BRASIL, Ministério da Educação. SECAD, **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol3_edu_fisica.pdf. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Congresso Federal. Lei nº. 9.696 de 1º de set. de 1998. D.O.U. nº.168 de 02/09/98. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educação física e cria os respectivos conselhos federal e regional de educação física. Disponível em: <http://www.confef.org/extra/conteudo/de_fault.asp?id=471> Acesso em 15 dez. 2014.

BRASIL. Governo do Estado da Paraíba. **Consulta das escolas**. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/educacao/educacao-consultar-escolas>> Acesso em 10 set. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, ano 134, n. 247, p. 27733-27834, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer 11/2000. Brasília.2000.

BRASIL. Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de ensino: Portaria nº 546/2013. João Pessoa: 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. de 05 de outubro de 1988. DOU, de 05 out. 1988.

_____. Senado Federal. Lei de Diretrizes e base da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Física na Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol3_educufisica.pdf> Acesso em 20 jun. 2014.

CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física na Escola e a Educação Física da Escola**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

CARVALHO, Rosa Malena. Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Lugares de Educação**. Bananeiras, v. 3, n. 5, p. 37-49, Jan - Jun. 2013

CASTELLANI FILHO. Lino, **Política educacional e educação física**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CONFINTEA - Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos. **Declaração de Hamburgo** – agenda para o futuro. Brasília: SESI e UNESCO, 1999.

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física e o conceito de cultura**. Campinas, Autores Associados, 2004.

DEMO, Pedro, pesquisa: **princípio científico e educativo**, ed. 14. São Paulo, Cortez, 2011.

FINCK, S. C. M. **A Educação Física e o Esporte na escola: cotidiano, saberes e formação**. 2.ed. Curitiba: Ibpx, 2011.

FREIRE, J. B; ESCAGLIA. A. J. **Educação como Prática Corporal**. São Paulo: Scipione, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 34. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação**. Campinas, Papirus, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2012**. Disponível em >[http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)< acessado em 15 dez. 2014.

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira de; DARIDO, Suraya Cristina. Dispensas das Aulas de Educação Física: Apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação. **Revista Pensar a Prática**. UFG. v. 12, n. 2. 2009. Disponível em <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/6436/5461>> acessado em 15 dez. 2014.

NEIRA, M., UVINHA, R. **Cultura Corporal: Diálogos entre Educação Física e Lazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, V.1, Nº 3, 2º, p. 3 – 5, 1996.

PARAÍBA, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino**. Disponível em <[www.paraiba.pb.gov/educacao](http://www.paraiba.pb.gov.br/educacao)>_Acesso em 20, Jan, 2014.

PIERRO, M. C. D. JOIA O. RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541>> Acesso em 25 set.2014.

PORTAL QEDU. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/>>. Acesso em 20 jan. 2014.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. **O papel político dos fóruns de educação de jovens e adultos**. Campina Grande: EDUEP, 2008.

TOLOCKA, R. Estanislava. Educação Física e diversidade humana. In: MARCO, Almir **Educação Física: Cultura e Sociedade**. Campinas: Papirus, 2006. pág. 171-188.

Sumé/2015

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr. (a)

Eu, Wilho Silva Araújo, como aluno do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, pretendo desenvolver uma pesquisa com Professores da disciplina de Educação Física e Diretores de escolas do Cariri Paraibano, que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) sob a orientação da professora Ubilina Maria da Conceição Maia (pesquisadora responsável). As razões que me levam a estudar o assunto é “Analisar as possibilidades de inclusão da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos das escolas públicas do cariri paraibano”, destacando quais contribuições para esta modalidade de ensino, visto que no art. 26 da nova LDB estabelece que “§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.” Fato este que vai contra a compreensão da Educação Física contido no “ Decreto n. 69.450/71 concebia a educação física como atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constituindo um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional”. Os dados serão coletados a partir de utilização do questionário.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurado sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, não irá acarretar qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo.

Ubilina Maria da Conceição Maia

Fone:

Consentimento do Voluntário

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado (a) ou coagido (a) para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos. Estou ciente também que receberei uma cópia deste documento.

Sumé, _____

Assinatura do participante

Atenciosamente

Endereço do pesquisador responsável (trabalho):

Rua:

Telefone contato:

E-mail:

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
PROFESSORA: UBILINA MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA
ALUNO PESQUISADOR: WILHO SILVA ARAÚJO
**INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE CONDUÇÃO DO
QUESTIONÁRIO - DIRETOR (A)**

01 - Dados pessoais:

Idade:

Cidade:

Zona rural ou zona urbana:

Função na instituição:

Formação Profissional:

Quantos anos de atuação na função atual:

02 - Qual sua visão sobre a Educação de Jovens e Adultos?

03 - A disciplina de Educação Física é inserida no currículo da Educação de Jovens e Adultos? () SIM - () NÃO

04 - **Caso a resposta anterior seja sim.** Desde que período foi implementado na grade curricular da escola e partiu de quem a iniciativa?

05 – **Caso a resposta da pergunta numero 3 seja não,** a gestão tem interesse de inserir a educação física na grade curricular da Eja? **Caso sim,** o que está sendo feito na prática para ser implementado?

06 - Os alunos demonstram interesse para com a disciplina de educação física?

07 - No seu ponto de vista qual a importância da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos?

08 - Qual a opinião sobre a contribuição da Educação Física para o processo ensino-aprendizagem?

09 - De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), em seu artigo 26, "a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias". Entretanto, torna facultativa a prática para os alunos que tenham prole, maiores de trinta anos ou que cumpram jornada de trabalho maior de seis horas diárias. Qual seu posicionamento a partir desta afirmação?

APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
PROFESSORA: UBILINA MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA
ALUNO PESQUISADOR: WILHO SILVA ARAÚJO

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE CONDUÇÃO DO QUESTIONÁRIO - PROFESSORES (AS)

01 - Dados pessoais:

Idade:

Cidade:

Zona rural ou zona urbana:

Função na instituição:

Formação Profissional:

Quantos anos de atuação na função atual:

02 - Qual sua visão sobre a Educação de Jovens e Adultos?

03 - No seu ponto de vista qual a importância da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos?

04 - Qual a opinião sobre a contribuição da educação física para o processo ensino-aprendizagem?

